



**Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

**ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE LAGOA – AÇORES, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011**

**ACTA Nº 05/2011**

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão cumprimentando e desejando boas-vindas a todos os Membros da Assembleia, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Pedro Miguel da Silva Monteiro e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes e assistiram à sessão a Chefe de Gabinete, Dra. Odete Cabral e a Adjunta, Dra. Verónica Almeida, do Gabinete de Apoio Pessoal do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal destacou que conforme sugerido na última sessão a minuta da acta foi disponibilizada, no prazo de quinze dias, após a realização da sessão.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da quarta sessão ordinária, do dia 7 de Setembro de 2011.

A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos dezanove membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 8 de Setembro a 29 de Novembro de 2011 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges e Albertina Maria da Costa Oliveira, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 29 de Novembro de 2011.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **ASSUNTOS DIVERSOS:**

O membro Roberto Sousa deu as boas noites a todos os presentes e colocou as seguintes questões, sobre a Vila de Água de Pau:

- Sobre o Saneamento Básico de Água de Pau, se confirma o reinício das obras na Rua principal e o funcionamento da ETAR;
- A Câmara procedeu às obras de requalificação e adaptação da antiga "Mercearia Central", situada na Praça da República, a Núcleo Museológico, e gostaria de saber se foi uma boa aposta e qual a adesão do público;
- Sobre a nova Escola de Água de Pau, se vai abrir no próximo mês de Setembro e se vai haver o acesso à Caloura;
- Qual o futuro da Escola EB/JI João Ferreira da Silva, se vai ficar "deserta" ou se a Câmara Municipal tem alguma ideia para ocupação daquela Escola.

Por último, apresentou um Voto de Congratulação ao Governo Regional dos Açores, justificando que circular hoje, na Vila de Água de Pau, é mais fácil. A Vila de Água de Pau não ficou deserta, todo o trânsito com destino a Vila Franca do Campo e à Costa Sul passou a ser feito pela SCUT - Variante a Vila Franca do Campo, pelo que, agora circula-se melhor por Água de Pau e isso deve-se ao nosso Governo Regional.

**Entrada dos membros: Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Eduíno Manuel da Ponte Rego e Gilberto Gouveia Branquinho, passando a estar vinte e dois membros presentes.**

O membro Roberto Oliveira deu as boas noites a todos os presentes e felicitou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, por este ano, ter enviado aos partidos políticos representados, neste Órgão Deliberativo, a Ante Proposta de Plano e Orçamento para o ano de 2012. Em sua opinião, foi um passo à frente na democracia, já o ano passado se pretendia isso mas não foi possível. Acrescentou que, apesar de ter sido um passo à frente, teria gostado mais, se os partidos políticos tivessem sido convocados. Por vezes não é fácil aos “políticos amadores” dominar algumas áreas e em conversa tinham tirado mais ilações do respectivo documento. Mas foi positiva essa sua posição.

Mais referiu que hoje, nesta Assembleia Municipal, vai-se votar o Orçamento e Plano para o ano de 2012, devia ser um dia mais alegre, porque devíamos votar um Orçamento e Plano que fosse para “o ano de ouro da Lagoa”. Era o ano que esperava que a Vila da Lagoa fosse elevada a Cidade. Mas quanto a este assunto nem uma palavra no documento apresentado. No Orçamento para 2012, tanto as despesas correntes como as receitas não merecem grandes comentários, na generalidade, na especialidade nem tudo fariam de igual modo. Nas receitas e despesas de capital há alguma engenharia financeira. Analisando o documento ficou preocupado, porque estamos a meio do mandato, a contingência económica é do conhecimento de todos, para o ano, não se prevê que a situação melhore e há três obras que são emblemáticas no Concelho de Lagoa, designadamente, o Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau; a Requalificação da zona litoral da Atalhada a Santa Cruz e a obra na Rocha Quebrada, Atalhada que não foi contemplada pelas obras executadas pelo Governo Regional dos Açores, e não vê como se irão realizar essas obras. Na Ante Proposta de Plano e Orçamento, na Educação, no primeiro parágrafo está referido “...o combate ao absentismo escolar está em primeira linha ...” espera que o Senhor Presidente da Câmara, nesta sessão, diga quais as medidas que irá tomar nesta área. No Turismo e Actividades Económicas está referido que “... o Turismo manter-se-á como um sector fundamental de suporte ao desenvolvimento da actividade económica ...” comentou que continua sem perceber como é que se pode falar em Turismo no Concelho de Lagoa,

sem falar nas Festas das Paróquias. Continua a achar que o maior evento e chamariz turístico do Concelho de Lagoa, não descurando a Festa de Santo António, em Santa Cruz, são as Festas das Paróquias, nomeadamente, a Festa de Água de Pau. Disse que desafia o Senhor Presidente da Câmara a dizer se no Concelho de Lagoa há algum evento que não a Festa de Nossa Senhora dos Anjos que traga mais turistas ao Concelho de Lagoa.

Expôs ainda o membro Roberto Oliveira que não vai votar contra o Orçamento e Plano, mas também não irá votar a favor, irá abster-se. Não votará contra por respeito ao Povo da Lagoa, porque este é o Orçamento do Senhor Presidente da Câmara que para isso foi mandatado. Prevê um mandato muito difícil, que as receitas serão estas ou menores, que as despesas serão essas ou maiores, mas confia no Senhor Presidente da Câmara que já deu provas que, em termos de engenharia financeira, com certeza irá ultrapassar essa situação.

Acrescentou, que hoje o Concelho da Lagoa encontra-se numa situação que nos merece alguma preocupação, que se deve, em parte, às grandes opções tomadas até esta data pelo Partido Socialista, enquanto poder. Inventaram-se Festas e houve descuido das Festas Tradicionais, tínhamos a Piscina da Lagoa que era o "ex-líbris" da Lagoa e fez-se uma nova, quando se podia ter requalificado toda aquela zona, fizeram um Campo Futebol novo quando tínhamos um, com muita tradição, era preciso requalificar todo ou quase todo o Parque Habitacional da Lagoa e foi uma ambição fazer o Tecnoparque.

Concluiu o membro Roberto Oliveira dizendo que o teriam feito de forma diferente.

O membro Francisco Vieira deu as boas noites a todos os presentes e expôs o seguinte, referindo que algumas das questões já foram colocadas:

- Na segunda sessão desta Assembleia Municipal solicitou informação sobre o Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau. Já se passaram quase dois anos e questionou qual o ponto de situação, porque cada vez mais, o edifício vai-se degradando e depois a despesa será maior para a sua recuperação;
- Na Lagoa, não temos nenhum local aprazível junto ao mar, já se falou muito na requalificação da orla marítima entre a Atalhada e Santa Cruz e iniciou-se um aterro. Julga que o Povo da Lagoa merece ter uma zona aprazível junto ao mar, à semelhança do que existe em São Roque, no Concelho de Ponta Delgada. É um investimento grande, mas julga ser uma situação que se deveria pensar;
- Questionou se a obra de Construção da Casa Mortuária, em Água de Pau, é para avançar ou não, ou se há falta de verba;
- Por último, questionou se vai avançar a conclusão das obras do Saneamento Básico e a ETAR, em Água de Pau.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes na Assembleia Municipal e referiu que vai responder às questões que foram colocadas, sendo que algumas das questões apresentadas pelo membro Roberto Oliveira, sobre o Orçamento, dará as respostas aquando da discussão daquele ponto.

Sobre a obra do Saneamento Básico de Água de Pau, recordou que essa é a maior obra pública executada pela Câmara Municipal de Lagoa, desde sempre. É uma obra que vai ficar concluída no próximo ano e os trabalhos iniciarão no dia 9 de Janeiro. Foi opção da Câmara Municipal não avançar com os trabalhos logo a seguir à inauguração da Scut, para dar algum descanso e tranquilidade à população de Água de Pau, que foi massacrada durante vários anos, por aquelas obras. Paralelamente vão ser concluídas as obras na ETAR que já foram feitas há mais de 7 anos. Na altura, e bem, teve o cuidado, de sugerir ao ex-Presidente da Câmara Municipal que não fazia sentido, montar aqueles equipamentos, deviam de guardá-los e só depois montá-los e foi isso que foi feito. Ou seja 90% do equipamento está guardado no Parque de Máquinas e será feita a sua reinstalação. Também se suspendeu a adjudicação do tratamento ultravioleta e está ainda a ser avaliado como se irá proceder. Apesar da construção da ETAR, na altura, ter sido um investimento errado, a Câmara Municipal não perdeu tudo, o material ficou guardado e vai ser reinstalado e a situação está controlada.

O Núcleo Museológico "Mercearia Central", em sua opinião, foi uma boa aposta por parte do Município, na área da Cultura. Foi um investimento financiado pelo ProRural e em termos de despesas não teve grande expressão, naquilo que corresponde a verbas próprias do Orçamento Camarário. Até esta data, já receberam cerca de 650 visitas. Grupos de crianças, turistas, desde a Alemanha, EUA, Canadá, Finlândia, Inglaterra, Espanha e Portugal Continental, idosos e também os residentes locais.

O maior desafio que vem, tem a haver, com o futuro daquele Núcleo Museológico "Mercearia Central". A Câmara Municipal, através do Serviço de Cultura, estabeleceu um acordo com a Agência Nortravel, para que aquele Núcleo Museológico ficasse incluído nos Roteiros Turísticos de São Miguel. Será uma excelente oportunidade para o Concelho e para o comércio local da Vila de Água de Pau. Serão esperados cerca de cinco mil visitantes por ano. É uma aposta ganha. Muito em breve, vamos reunir com os empresários locais, no sentido de aproveitarem esta oportunidade e para terem cuidados adicionais com a limpeza e o saber receber. A Câmara Municipal vai fazer uma passadeira provisória, para as pessoas atravessarem com segurança e vão proibir o estacionamento naquela baía de estacionamento, em frente ao "Café Jaguar". Haverá uma oportunidade que a Vila de Água

de Pau também terá de agarrar e contamos com o apoio da Junta de Freguesia de Água de Pau.

Em relação à nova Escola de Água de Pau, as informações que tem é que ficará pronta antes do prazo contratual e iniciará funções no próximo ano lectivo. Sobre o acesso, ainda a semana passada, falou com o Senhor Director Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres e a obra está prevista em orçamento. Face ao valor da obra, será feita por ajuste directo e ficará concluída antes da abertura do novo ano escolar.

Sobre a Escola EB/JI João Ferreira da Silva, todos sabemos que aquela Escola é património do Município de Lagoa. Logo que se proceda à transferência da Escola, vão dar utilidade àquele espaço. Já estão a trabalhar nesse assunto, estão a ser avaliadas as áreas disponíveis, os espaços e vão discutir isso com a Junta de Freguesia de Água de Pau, mas também com algumas forças vivas de Água de Pau e Instituições. Aquele espaço é grande, tem áreas muito interessantes e julga que podem resolver várias carências que existem na Vila, desde logo, a Casa Mortuária, pois, em sua opinião, não faz sentido construir um novo edifício quando poderá funcionar naquele espaço. Os Escoteiros que não têm sede, o Grupo de Folclore e ainda há um espaço para ser utilizado pela Comunidade, para a realização de Festas do Divino Espírito Santo ou outras. Será criado um espaço polivalente que possa estar aberto à comunidade. Também ainda gostaria de ver se conseguiam fazer ali um mini ninho de empresas, ou seja, os empresários que não têm escritório, poderão ter ali, um secretariado comum, uma sala de reuniões, que possa vir a facilitar os jovens empresários, não só os de Água de Pau, mas do Concelho.

Em resposta ao membro Roberto Oliveira, sobre o envio da Ante Proposta de Plano e Orçamento para o ano de 2012, referiu que não são menos democratas do que é a oposição. Aliás, aceitam tudo o que são boas propostas e que sejam exequíveis. De facto, e a apesar de estar no Estatuto do Direito de Oposição, nunca foi prática fazer-se no Poder Local. A primeira Câmara Municipal a fazê-lo foi a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em virtude do desequilíbrio de forças que existe entre o partido mais votado e a oposição. O líder do seu partido CDS-PP, no último ano, obrigou aquele Executivo a fazê-lo.

Entenderam não convocar os representantes dos partidos políticos, porque acharam que não acrescentaria muito. Se tivesse pedido para reunir, teria reunido consigo e teria explicado algumas dúvidas. No próximo ano, em vez de enviar pelo correio, iremos reunir e poderão colocar as vossas questões.

A questão da elevação da Vila da Lagoa a Cidade não está esquecida, aliás muito em breve, vai reunir com o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional e o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, sobre este assunto.

Em relação às três obras que o membro Roberto Oliveira referiu, informou que sobre a obra do Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau, a Câmara Municipal não desistiu, apesar de não estar qualquer verba inscrita, não desistimos de concretizar o projecto até ao final deste mandato.

Sobre a Requalificação da zona litoral disse que neste momento, nem nos próximos anos, haverá verbas próprias do Orçamento Municipal, para concretizar esse empreendimento nos moldes em que gostaríamos e pretendíamos. De qualquer forma reconhecemos que não temos muitas e boas zonas de lazer, junto ao mar, principalmente na Vila da Lagoa. O ano passado, enviamos no mês de Junho, para a Direcção Regional do Ambiente, um estudo para criar uma zona de passeios e, até à data, ainda não recebemos qualquer resposta. Depois de termos este estudo aprovado, a Câmara Municipal verá se tem capacidade para executar aquela intervenção.

Sobre a educação e o absentismo, referiu que, como o Senhor Deputado sabe, a educação é uma competência do Governo Regional. Os Municípios podem e devem, dentro daquilo que são as suas competências, fomentar e praticar algumas medidas que combatem o absentismo escolar. A Empresa Municipal da Lagoa tem feito um trabalho muito interessante e válido nessa matéria. Estão a trabalhar, já há dois anos, com miúdos que vivem em habitações sociais do Concelho, ajudando e ensinando a estudar e motivando também os pais para a importância da formação dos alunos.

Outro exemplo que foi alargado este ano, foi o ATL do 2º Ciclo, que foi uma inovação no Concelho e em São Miguel e é também uma medida que dá esse contributo. A própria rede de ATL's que não são financiadas pelo Governo Regional, são financiadas pelo Município e pelas famílias que têm lá os seus filhos, são também um contributo nesta matéria e as suas intervenções, que faz quando tem plateias com jovens estudantes, vão sempre nesse sentido, na necessidade de envolver a família, para reduzir o absentismo escolar, ou seja, têm sempre essa preocupação. Às vezes há registos que ficam para memória futura que são importantes. Gostaria de dar aqui o testemunho da ex-Secretária Regional da Educação e Formação que disse após uma intervenção sua, em que enumerou todas as actividades que a Câmara Municipal de Lagoa fazia na área da educação. Disse a Senhora Secretária que "não tinha ideia do que a Câmara Municipal fazia pela educação no Concelho de Lagoa e tomara que todas as Câmaras Municipais da Região, fossem assim". Foi um sinal importante daquilo que temos feito pela educação, sem ter competência na matéria.

Sobre o turismo, comentou a citação do membro Roberto Oliveira "como é que se pode falar em Turismo, sem falar nas Festas das Paróquias", referindo que já falaram sobre isso e não gostava de voltar a esse assunto. Expôs que a Câmara Municipal atribui um apoio às Festas de Santo António porque entendem a importância que representam para o Concelho e pelos

resultados que têm, em função do apoio que se dá. Julga que mesmo, em tempo de crise, é mais do que justificável manter aquele apoio.

Em relação às Festas das Paróquias, como sabemos muitas delas são auto-suficientes, porque existe a generosidade dos paroquianos, das empresas e da própria Câmara Municipal. Julga que são feitas com a dignidade que merecem e no fundo com aquilo que as pessoas querem, ou seja, nas Festas das Paróquias cada um faz à medida das suas possibilidades e à medida do que os paroquianos estão disponíveis para dar e como sabemos apresentam os resultados no final e todas dão resultados positivos.

Mais referiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal que gostava de deixar um registo positivo ao sentido da votação anunciado pelo PP, ficando com expectativa, em relação ao que vai acontecer com o grupo do PSD. Referiu que deixa aqui uma nota de responsabilidade e visão do CDS-PP ao anunciar o voto de abstenção. Entendo que uma oposição responsável, não se faz só com o voto contra. O voto de abstenção também é um voto de responsabilidade e visão para o futuro. Gostava de deixar aqui essa nota, bastante positiva, que faz em relação do voto do membro do CDS-PP.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

#### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Camarária, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO Nº 2 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012:**

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2012.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 15.400.000,00 € (quinze milhões e quatrocentos mil euros), sendo 7.326.555,00 € (sete milhões trezentos vinte e seis mil quinhentos e cinquenta e cinco euros) de receitas correntes e 8.073.445,00 € (oito milhões setenta e três mil quatrocentos e quarenta e cinco euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 6.827.419,00 € (seis milhões



oitocentos vinte e sete mil quatrocentos e dezanove euros) de despesas correntes e 8.572.581,00 € (oito milhões quinhentos setenta e dois mil quinhentos e oitenta e um euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 4.999.228,00 € (quatro milhões novecentos noventa e nove mil duzentos e vinte e oito euros) e no Plano de Actividades Municipal foi de 2.497.668,00 € (dois milhões quatrocentos noventa e sete mil seiscientos e sessenta e oito euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 7.496.896,00 € (sete milhões quatrocentos noventa e seis mil oitocentos noventa e seis euros).

Verificado o equilíbrio orçamental aos documentos acima mencionados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Orçamento para 2012, bem como as Grandes Opções do Plano.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sobre os documentos apresentados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, explicou o seguinte:

Este Orçamento e Plano para o ano de 2012 como já foi dito pelo membro Roberto Oliveira, foi iniciado ouvindo os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal e é feito num quadro económico-financeiro muito difícil. Entre 2008 e 2010 a Câmara Municipal de Lagoa perdeu dois milhões de euros em impostos e taxas que corresponde a 27% da receita expectável, tem neste momento uma dívida do Estado referente ao IRS de cerca de meio milhão de euros e no final de 2011, será meio milhão de euros. Em relação ao ano de 2010, houve uma redução na receita corrente de 13%, na componente de taxas de licenciamento 26% e de 15% no IMT. Sem as actualizações das taxas de inflação, em 2012, vamos receber do Orçamento do Estado o mesmo que recebemos em 2004, ou seja, em termos de transferências do Orçamento de Estado recuámos 8 anos.

Os objectivos centrais deste Orçamento e Plano são, desde logo, a consolidação financeira, reduzir os prazos de pagamento e as dívidas a fornecedores, dar cumprimento às obras em curso, aproveitar ao máximo os fundos comunitários e continuar a garantir os nossos apoios sociais às famílias e às Instituições.

Em termos de grandes números, a receita e a despesa têm uma redução muito significativa, mas aqui há uma componente que influencia muito, em termos percentuais e também absolutos, que é a seguinte, em 2011 houve o contrato ARAAL com o Governo Regional, com um valor elevado, para a construção das Caves do Parque Tecnológico e, em 2012, só parte desse valor está incluído e dá uma diferença de cerca de 17,0%.

Na receita corrente temos menos 1,8%, na receita total, mas em impostos e taxas temos uma redução de 19,6%, nas transferências do Orçamento de Estado aquilo que é a nossa

receita expectável temos um crescimento de 4,8%, mas houve um decréscimo de cerca de 5%, mas está aqui incluído o montante em dívida referente à participação variável do IRS. Nas vendas de bens e serviços estamos a prever um aumento de receita de cerca de 9,0%, sendo que 4% vem da actualização do tarifário e também porque estimamos que este ano haja uma execução acima da dotação prevista no orçamento. Ou seja, já aqui há um claro indicador que, contrariamente, ao que disse o PSD no seu voto na reunião da Câmara Municipal, não estamos a empolar a receita. Os impostos e taxas têm menos 19,6% e é claramente uma prova como não estamos a empolar receita.

Em relação à receita de capital, temos as transferências do Orçamento de Estado, 1,7 milhões de euros do Contrato ARAAL para a construção das Caves do Parque Tecnológico e cerca de meio milhão de euros do Contrato ARAAL para a aquisição das moradias da Rua São José, na freguesia da Ribeira Chã e ainda as receitas do Proconvergência e do ProRural. Sobre a despesa corrente, gostava de deixar aqui alguns números que mostram, de facto, o esforço que tem sido feito no corte da despesa e no respectivo controlo. A despesa corrente total este ano deve baixar 4% mas, em relação aos últimos dois anos, vai decrescer 16,0%. As despesas com Pessoal menos 1%, vamos continuar a manter os projectos do PROSA e CTTS que são importantes para a actividade da Câmara Municipal mas também para as Escolas do nosso Concelho. Vamos afectar no próximo ano uma verba de 134.000,00 € para PROSA e CTTS que corresponde a um aumento de 10% em relação ao ano de 2010, o que prova aqui a nossa aposta na protecção das famílias, pois sabemos que muitas dessas pessoas têm baixos rendimentos. Neste momento temos 53 trabalhadores ao abrigo desses programas.

Nas horas extraordinárias há menos 20% e menos 36% em 2 anos; nas ajudas de custo há menos 6,25% e menos 32% em 2 anos; em encargos com saúde há menos 34%; na aquisição de bens e serviços, há menos 5,0% e menos 14% em dois anos; na aquisição de bens menos 4,5% e menos 22,0% em 2 anos; no gásóleo há menos 14% e menos 30% em 2 anos; nas comunicações há menos 9%; no material de escritório há menos 24%; nos prémios condecorações e ofertas há menos 18%; em outros serviços há menos 7,14% que corresponde a menos 100.000,00 € e nos juros há um acréscimo de 22%. Isto em relação à despesa corrente que mostra, de facto, o esforço que temos feito para a contenção e redução da despesa corrente que depois se traduz na reafecção daquilo que é aprovado na consolidação orçamental e no investimento.

Em termos de despesa de capital, sem os contratos ARAAL existe uma redução de 9% e há de facto no investimento uma contenção de 9%. A rubrica de caminhos que é uma acção que financia o nosso sector operacional tem uma redução de 0%, foi mantido o mesmo valor; em outros edifícios menos 32%; na informática menos 65%; na acção de promoção

turística há menos 8,7% e menos 43,6% em 2 anos; nos protocolos com as Juntas de Freguesia há uma redução de 10%, inicialmente era 15%, mas depois passou para os 10%. Em termos de festas já somos mais criticados, por não fazer, do que por fazer, mas a nossa oposição ainda vê festas aonde ninguém vê. Ao nível das festas, o que está previsto no Orçamento é apenas o apoio às Festas de Santo António, um apoio muito residual à Noite de Fados que é promovida pela Junta de Freguesia da Ribeira Chã, o Festival de Cantigas ao Desafio, o Festival do Mar, na Caloura que já se chegou a gastar mais de 100.000,00 € e, em 2011, fez-se com 20.500,00 € e o desafio para 2012, será de 12.500,00 € e ainda o apoio à Festa de São Pedro Gonçalves. São estas as festas apoiadas pela Câmara Municipal, no fundo estão relacionadas com tradições que, são importantes preservar e, não tem dúvidas, que para esses montantes que a Câmara Municipal apoia, têm um efeito na económica local que é, claramente, compensado. Há ainda as nossas actividades culturais, mas não têm qualquer expressão em termos financeiros.

Os principais investimentos são a conclusão do Saneamento Básico e a ETAR, em Água de Pau, a instalação do Museu do Presépio, o Museu Etnográfico no Cabouco que é uma obra que vai ser feita por administração directa, a obra no Convento dos Franciscanos, 2ª Fase e a conclusão da Sede dos Escuteiros do Cabouco.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, ainda de forma adicional, gostaria de deixar algumas notas sobre a Declaração de Voto dos Senhores Vereadores do PSD, que só teve acesso depois da Reunião de Câmara e independentemente da discussão que houve na Reunião, gostava de fazer algumas considerações, sobre este documento, para ficar registado em acta e também para explicar à Assembleia Municipal a discordância em relação a algumas ou quase a totalidade das questões que foram colocadas, que passou a citar:

Lagoa continua a ser um Concelho dinâmico, promissor apesar da situação difícil que vivemos, com problemas económicos, financeiros e sociais. A situação que se vive no Concelho de Lagoa não é seguramente pior do que se vive nos Concelhos limítrofes.

Apesar dos problemas sociais como o desemprego, a toxicodependência e a insegurança que nos afectam, não são comparáveis àquilo que se assiste em alguns dos Concelhos vizinhos.

A mendicidade, os sem-abrigo, o tráfico e o consumo galopante de forma clara e disseminada em várias zonas, os assaltos por esticção e contra as viaturas e a violência em alguns bairros não fazem parte, felizmente, do nosso quotidiano Lagoense.

A proliferação de casos graves de habitação degradada, a falta de limpeza urbana são felizmente nesse caso incomparavelmente maiores nos Concelhos vizinhos do que no Concelho de Lagoa.

Na nossa opinião, tudo isso acontece, por um lado, pelo quadro social e económico do Concelho, mas também fruto do contributo das políticas de protecção social que temos e vamos continuar a promover ainda com maior atenção em 2012.

Pese embora, as dificuldades que muitas empresas estão a atravessar, em virtude da crise importada, muitas delas estariam em situação mais complexa, não fossem também as medidas de discriminação positiva promovidas por este Executivo.

Devo recordar que a Lagoa tem das mais baixas taxas de IMI e de derrama; as empresas com sede no Concelho estão isentas do pagamento das taxas de publicidade; as empresas ligadas ao sector do turismo dispõem de uma redução de 20% nas tarifas de água e RSU. Aliás, estas duas medidas não têm paralelo, em nenhum, Concelho dos Açores.

Acresce ainda a grande reforma nas taxas de construção que entrará em vigor em Janeiro, com reduções significativas e isenções. Com esta discriminação pretende-se que sejam criadas oportunidades para investir e de alguma forma para promover o crescimento da construção civil e promover a empregabilidade local, bem como contribuir para a fixação de pessoas. Acreditamos também que esta medida poderá minimizar os riscos de desertificação a médio e longo prazo das localidades mais afastadas dos centros urbanos.

Fica assim provado que, o Concelho da Lagoa aposta de forma clara na discriminação positiva, seja na protecção das empresas e pessoas, quer na actividade em relação aos Concelhos vizinhos.

A política social, contrariamente também ao que é dito, continua a ser prioridade no Concelho, não havendo qualquer alteração de prioridade. Devo recordar algumas das medidas em vigor: o Cartão do Idoso; as Bolsas de Estudo e a atribuição de computadores portáteis; o apoio à habitação degradada e o apoio às IPSS.

No próximo ano, em particular, vamos estar mais atentos e sempre que se justificar poderão ser reforçadas ou criadas novas medidas de protecção social às famílias mais carenciadas, não havendo assim para o próximo ano, qualquer redução a este nível.

Em relação à redução dos apoios a todas as Instituições, esta justifica-se dada as perdas de receita corrente ocorrida nos últimos anos. Devo recordar, mais uma vez, que entre 2008 e 2010, perdemos dois milhões de euros, em taxas e impostos e que as verbas que vamos receber do Orçamento de Estado, em 2012, são sensivelmente iguais às recebidas em 2004, ou seja, recuamos 8 anos.

Em relação aos apoios às festividades, a Câmara Municipal de Lagoa foi o primeiro Município a interromper e a cancelar este tipo de eventos, tendo com esta medida, reduzido algumas dezenas de milhares de euros.

Ao nível da despesa corrente tem-se verificado, nos últimos anos, uma redução muito significativa, cujos indicadores já apresentou, ou seja, cortar na despesa corrente e libertar

verbas para outros fins não é uma novidade para este Executivo, há muito que vimos a praticá-lo.

No tocante às competências delegadas na Empresa Municipal de Lagoa, não existe qualquer retrocesso no apoio à habitação social, acção social e educação. Apenas foram reprogramados alguns investimentos que já estavam previstos no Orçamento de 2011 e que não foram incluídos no Orçamento de 2012, em virtude do objectivo central, em não aumentar as transferências para a Empresa Municipal, face à entrada de uma nova valência, a Pousada da Juventude da Lagoa.

No domínio da Cultura vamos continuar a promover eventos culturais envolvendo as nossas potencialidades e os nossos agentes culturais, com um controlo rigoroso na despesa efectuada. Aliás, devo referir que, a maioria dos eventos culturais promovidos pela Câmara Municipal de Lagoa são efectuados com custos residuais.

Não existe assim qualquer proteccionismo às rubricas de eventos sociais e culturais. O único proteccionismo de que nos podem acusar é da promoção da nossa cultura e dos nossos agentes culturais.

Em resumo, estamos perante uma proposta de Plano e Orçamento, apresentada no período mais difícil do Poder Local democrático, que vai de encontro às necessidades mais prioritárias do Concelho. É um Orçamento difícil, mas é um Orçamento realista e rigoroso que cumpre, na nossa perspectiva, as regras do POCAL.

O membro Francisco Vieira apresentou à Assembleia Municipal, em seu nome e dos membros: Leonel Silveira e Cláudia Galego a declaração de voto que abaixo se transcreve, a qual foi lida pela Primeira Secretária da Mesa, Susana Costa:

#### "Declaração de Voto

O Plano e Orçamento para 2012 reflecte algumas prioridades e opções que nos levam a discordar das suas linhas mestras, sobretudo quando das recomendações que os Vereadores do PSD que fizeram em sede de Anteproposta do presente Orçamento e Plano.

Algumas das opções com as quais não concordamos são por exemplo a redução do montante investido nos apoios concedidos às Instituições Sem Fins Lucrativos (acção 01.03.04.07), às Famílias (01.03.04.08) ou aos Centros Sociais (01.03.04.07.01.04), uma vez que a situação económica actual dita, por razões óbvias, que estas Acções não sofressem redução nos montantes a investir e que o corte na despesa deveria ser nos montantes relativos a festividades e festas apoiadas pelo município.

Tendo em consideração a circunstância de a EML ter competências na área social e que está praticamente dependente do contrato programa que tem com a Câmara Municipal de Lagoa, alertamos pela negativa o facto de a EML apresentar para o ano de 2012 reduções nas áreas de Serviço de Educação e Formação e Serviço de Habitação Social e de Acção Social

de 33% e 41%, respectivamente, bem como os protocolos com as Juntas de Freguesia apresentarem cortes consideráveis, precisamente nas rubricas onde é mais difícil arranjar soluções de sustentabilidade. Ao contrário disso, mantêm-se uma discriminação positiva no que toca à rubrica de eventos sociais e culturais.

Perante esta pequena amostragem do que, em nosso entender, são as linhas mestras deste orçamento, estaremos perante mais um orçamento desfasado das realidades e necessidades do Concelho bem como dos seus habitantes. Lamentamos uma vez mais que as nossas sugestões, apresentadas pelos Vereadores do PSD em sede própria, não tenham sido verdadeiramente acolhidas e que, desta forma, se tenha perdido mais esta oportunidade, sobretudo para corrigir alguns erros já repetidos no passado, que nos poderão custar caro no futuro.

Não obstante o facto do Plano e Orçamento mostrar alguma melhoria, na nossa opinião, na sua elaboração, como comprovam alguns acertos de rubricas a nível de despesa corrente, estamos em crer que ao nível da despesa de capital o mesmo já não se regista, destacando-se claramente no plano de actividades municipal o desaparecimento, o reaparecimento e o aparecimento de investimentos de capital, comparando com outros anos.

Pelas razões anteriormente apresentadas não nos resta outra solução que não a de votar desfavoravelmente o Orçamento e Plano para 2012.”

A membro Susana Costa referiu que, em 2012, decorrerá os 490 anos do Concelho de Lagoa. Questionou se haverá alguma verba para a realização de algum evento de comemoração dos 490 anos do Concelho de Lagoa, ou se será um acto singelo e apenas celebrativo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que, logo que a questão de Elevação da Lagoa a Cidade esteja confirmada vão, obviamente, preparar a comemoração, mas será algo que não justifica a criação de uma rubrica específica. A despesa será assumida com verbas disponíveis no Orçamento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor: sendo dezasseis dos membros do PS e dois dos membros do PSD: Rosa Borges e António Augusto Borges; três votos contra dos membros do PSD: Leonel Silveira; Cláudia Galego e Francisco Vieira e uma abstenção do membro do CDS-PP Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar o Orçamento para 2012 no montante de 15.400.000,00 € (quinze milhões e quatrocentos mil euros);

**2º** Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2012;

**3º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 3 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2012, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, elaborada com base na Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que, em 2012, teremos 123 trabalhadores, dois em mobilidade, um que está a trabalhar no Governo Regional e o outro que vai para a Câmara Municipal da Ribeira Grande e mais três em cedência à Empresa Municipal da Lagoa, ou seja, um total de 126 trabalhadores dos quais 123 estão ao serviço.

Em 2011, tínhamos 125 trabalhadores, dois em mobilidade e mais sete em cedência à Empresa Municipal de Lagoa, num total de 132 trabalhadores.

Em termos globais no Mapa de Pessoal, registamos de 2011 para 2012, uma redução de 6 lugares o que corresponde a 4,6%, portanto, em 2012, vamos ficar muito acima dos objectivos do Governo e do Memorando da Troika.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 4 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor e duas abstenções dos membros do PSD: Cláudia Galego e Francisco Vieira, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 5 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor e duas abstenções dos membros do PSD: Cláudia Galego e Francisco Vieira, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 6 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Água de Pau, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor e duas abstenções dos membros do PSD: Cláudia Galego e Francisco Vieira, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



#### **PONTO Nº 7 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor e duas abstenções dos membros do PSD: Cláudia Galego e Francisco Vieira, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 8 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia do Ribeira Chã, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor e duas abstenções dos membros do PSD: Cláudia Galego e Francisco Vieira, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 9 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de Junho de 2011, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados por Natureza e nos Mapas de Execução Orçamental, a fim de ser submetido à Assembleia Municipal, de acordo com o nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira semestral, remetido nos termos do nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais.

**PONTO Nº 10 – PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES, DE INVESTIMENTO E FINANCEIRO – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M.:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente pela Câmara Municipal o Plano Anual de Actividades, de Investimento e Financeiro, exercício económico de 2012, bem como os documentos previsionais de suporte, apresentados pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO Nº 11 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente pela Câmara Municipal a informação, acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2010, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respectivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO Nº 12 – PROPOSTA – ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS E DE NATUREZA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE FORMAÇÃO, DENOMINADA NONAGON - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO MIGUEL:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o assunto acima referenciado, propondo que a Assembleia Municipal autorize, conforme previsto na alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a participação do Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa, na associação sem fins lucrativos e de natureza científica, tecnológica e de formação, denominada NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel.

Conforme previsto na alínea b) do nº 2 do artigo 24º do Projecto de Estatutos da referida associação, o Município de Lagoa, como associado fundador, subscreve uma participação inicial, no valor de 3.000,00 € (três mil euros).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que esta associação sem fins lucrativos tem como objectivo gerir o Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel. Terá como associados fundadores, a Região Autónoma dos Açores e o Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa. Nessa medida, é proposto que a Assembleia Municipal autorize, a participação do Município de Lagoa, na referida associação, subscrevendo uma participação inicial, no valor de 3.000,00 €. É importante, em termos futuros, para quando for concretizado o referido Parque. No próximo ano, dar-se-á início à construção de um dos quatro edifícios do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel.

Mais informou o Senhor Presidente que, na reunião da Câmara Municipal foi indicada a Dra. Cristina de Fátima da Silva Calisto Decq Mota, como representante do Município de Lagoa para a Constituição da Comissão Instaladora e para a Direcção dos Órgãos Sociais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Autorizar, conforme previsto na alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a participação do Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa, na associação sem fins lucrativos e de natureza científica, tecnológica e de formação, denominada NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 13 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES – ARTIGO Nº 27º - DISPONIBILIZAÇÃO E MONTAGEM DE BARRACAS, TOLDOS, PALCOS E MESAS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a inclusão de um novo artigo que versará sobre a Disponibilidade e Montagem de Barracas, Toldos, Palcos e Mesas, no qual passará a prever uma taxa para o efeito, incidindo apenas sobre os custos de transporte, montagem e desmontagem, e que terá a seguinte redacção:

**“Artigo 27.º**

**Disponibilização e Montagem de Barracas, Toldos, Palcos e Mesas**

1. A cedência, para exploração ou mera utilização, por entidades públicas e privadas de barracas, toldos, palcos e mesas, estará sujeita ao prévio pagamento das seguintes taxas, quando instalados pela Câmara Municipal:

a) 1 Barraca de 9 m2 - 150,00 €;

b) 1 Barraca de 16 m2 - 200,00 €;

- c) 1 toldo - 100,00 €;
- d) 2 toldos - 150,00 €;
- e) 3 toldos - 200,00 €;
- f) Palco - 100,00 €;

g) 1 Mesa acompanhada por 2 bancos - 2,00 €/dia por cada uma.

2. Se o transporte, montagem e desmontagem for da responsabilidade dos requerentes, a respectiva cedência está sujeita ao pagamento de uma taxa de 20% dos valores fixados nas alíneas a), b), c), d) e), f) e g) do ponto 1.

3. A cedência de barracas, toldos, palcos e mesas é gratuita quando for requerida por Instituições Sem Fins Lucrativos, com sede no concelho de Lagoa e apenas, nos casos em que se destinam a ser utilizadas ou exploradas pelas mesmas ou por outras entidades com os mesmos fins.

4. No caso de urgência na montagem ou desmontagem destes equipamentos, em que possa ter de ocorrer nos fins-de-semana e feriados, haverá um agravamento das taxas, previstas no n.º1, em 50%.

5. Não é admissível o pagamento das mencionadas taxas em prestações.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 14 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES – ARTIGO Nº 15º - ALUGUER DE SALAS/EQUIPAMENTOS EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a inclusão do ponto nº 5 ao artigo 15º que compreenderá o acréscimo de 50%, sobre o valor estabelecido para a utilização da Ermida do Convento dos Franciscanos para cerimónias religiosas e culturais, pelo uso do respectivo Claustro, e que constará a seguinte redacção:

“Capítulo VIII

Aluguer de Salas/Equipamentos em Edifícios Municipais

Artigo 15º

...

5. Para o uso do Claustro acresce 50% sobre o valor de utilização da Ermida do Convento dos Franciscanos para cerimónias religiosas e culturais.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

### **PONTO Nº 15 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Lagoa – Açores, face à proposta de alteração ao Tarifário dos Resíduos Sólidos Urbanos e atendendo que, no ponto 5.2 do mesmo tarifário encontra-se previsto a criação de uma tarifa de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos que deverá aplicar-se a todas as instalações às quais não se aplica a tarifa de deposição em aterro sanitário, propondo a alteração ao artigo 48º, aditando-lhe o ponto nº 6, com a seguinte redacção:

“Artigo 48º

Tarifas

...

6 - Quem usufruir das isenções previstas no presente artigo ficará, contudo, obrigado ao pagamento de uma tarifa de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, com valores definidos por deliberação camarária e previsto no Tarifário de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que esta alteração surge em virtude da alteração do Tarifário dos Resíduos Sólidos Urbanos. Este ano foi feita uma reorganização nas tarifas e foi criada uma nova tarifa. Independentemente da quantidade de resíduos que as pessoas produzem, existe um custo de estrutura pela disponibilização do serviço, ou seja, a viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos quando passa à porta, tem custo. Todos os consumidores irão pagar a nova tarifa e, quem produz resíduos, pagará ainda a tarifa de deposição em aterro sanitário.

Os consumidores com casas fechadas e ramais agrícolas não pagavam qualquer tarifa de recolha de resíduos sólidos urbanos, o que era injusto, então foi criada a Tarifa de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, no valor de 1,60 € que passará a ser cobrada em todas as

instalações que existem no Concelho. Daí a necessidade de alteração desta norma, no Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos, para ficar em coerência com a alteração que foi feita ao tarifário.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 16 - PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, a qual foi publicada no Diário da República, 2ª série, nº 146, de 1 de Agosto de 2011, ao abrigo do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que não houve alterações significativas. Referiu que, em virtude da experiência, havia dúvidas e interpretações diferentes, então foi feita esta alteração, apenas para clarificar essas dúvidas que se levantavam no passado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **OUTROS:**

Conforme distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à Agenda de Trabalhos com a introdução do seguinte assunto:

- Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com a introdução do referido assunto.

### **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, propondo que seja aplicada uma redução directa nas taxas de construção, nomeadamente as TE (taxa de emissão) e TMU (taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas) (Capítulo VII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores), com a inclusão de um novo artigo que pretende-se que tenha a seguinte redacção:

#### **“Artigo 64.º**

##### **Disposições Transitórias**

1. Excepcional e transitoriamente, nos anos de 2012 e 2013 é aplicada uma redução directa no valor total das taxas, concretamente as TE (taxa de emissão) e TMU (taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas), previstas no Capítulo VII do presente Regulamento, devidas pela realização das seguintes operações urbanísticas:
  - a) Nas novas operações de loteamentos e edificação de habitação colectiva será aplicada uma redução de 20%;
  - b) Nas edificações destinadas a comércio, indústria e serviços, será aplicada uma redução de 30%;
  - c) Nas edificações de habitações unifamiliares, será aplicada uma redução de 30%.
2. Excepcional e transitoriamente, nos anos de 2012 e 2013, nas operações urbanísticas de edificação destinadas a habitação colectiva, comércio e serviços no Tecnoparque, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, abrangidas pelo respectivo Plano de Pormenor, será aplicada uma redução de 50% e os restantes 50% das taxas serão liquidadas no acto da emissão do alvará de utilização.
3. Excepcional e transitoriamente, nos anos de 2012 e 2013, todas as operações urbanísticas a realizar na freguesia da Ribeira Chã e no lugar dos Remédios, freguesia de Santa Cruz, ficam isentas do pagamento das respectivas taxas.
4. Esta norma entra em vigor no dia 1 do mês de Janeiro do ano de 2012, aplicando-se, exclusivamente, aos processos que dêem entrada na Câmara Municipal de Lagoa, após aquela data.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que esta intenção já tinha sido anunciada publicamente, mas, só agora foi possível concretizar com a aprovação do Plano Director Municipal. É proposto que durante os próximos dois anos, que serão anos muito difíceis, haja um regime de discriminação positiva, com a redução e até a isenção de algumas taxas.

Referiu que, este ano, há indicadores de que a actividade de construção civil é praticamente residual no Concelho de Lagoa. Têm consciência que só pelo facto da redução das taxas não será decisivo construir, mas será um contributo importante. Na expectativa que isso possa aumentar a actividade do sector e até ser competitivo, em relação a outros Concelhos vizinhos, foi aprovada a proposta em reunião da Câmara Municipal, por unanimidade. Nessa matéria, conseguiram uma aprovação, por unanimidade. A proposta inicialmente presente pela maioria acolheu algumas sugestões apresentadas pela Oposição e foi aprovada, por unanimidade. Também é uma prova que este Executivo, apesar de ter maioria absoluta, sabe ouvir as sugestões com serenidade, dialoga e decide em benefício dos Lagoenses.

Nessa medida, foi aprovada a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas. Julga que é uma boa aposta e veremos se corresponde às expectativas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Atendendo ser a última sessão do ano, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e desejou um Feliz Natal e um Bom Ano de 2012, o que lhe foi igualmente retribuído por todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e quinze minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que desejou boa noite a todos e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---